

PARTICULARIDADES DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: Centro POP

Andreza Fedalto

Centro Universitário Fametro - Unifametro

andfedalto@bol.com.br

Evania Maria Oliveira Severiano

Centro Universitário Fametro - Unifametro

evania.severiano@professor.unifametro.edu.br

Lillian Ribeiro de Sousa

Centro Universitário Fametro - Unifametro

lillianribeiro-sousa@hotmail.com

Sainara Souza Alves

Centro Universitário Fametro - Unifametro

souzasainara@gmail.com

Natalia Pereira de Araujo

Centro Universitário Fametro - Unifametro

natynpa1@gmail.com

Stefanny Valentim de Oliveira Torres

Centro Universitário Fametro - Unifametro

Stefannyvalentimoliveira@gmail.com

Título da Sessão Temática: *Políticas Públicas e Direitos Sociais*

Evento: VI Encontro de Iniciação à Pesquisa Científica

RESUMO

O artigo visa conhecer as particularidades do processo de trabalho do assistente social no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua “Centro Pop” e como lida com as demandas, respostas, manifestações teleológicas e da instrumentalidade no processo de trabalho. Este é resultado do trabalho final realizado na disciplina de Práticas Interdisciplinares III, proporcionando o despertar da pesquisa e da interdisciplinaridade na relação formação e exercício profissional. A natureza da investigação é qualitativa realizada através de pesquisa bibliográfica e documental associada a pesquisa exploratório de campo com observação e uso da entrevista semiestruturada com uma assistente social que desenvolve o trabalho profissional no Centro Pop. Como principais resultado ressaltamos que o centro tem o objetivo de atender famílias e indivíduos em diversas situações de vulnerabilidade social. A população em situação de rua deve ser compreendida em suas múltiplas

determinações e a Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) deve focar a intersectorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, assegurando a efetividade e a qualidade da atenção ofertada.

Palavras-chave: Assistência Social. População em situação de Rua. Instrumentalidade.

INTRODUÇÃO

A afirmação do acesso da população em situação de rua ao direito humano à vida e à dignidade é uma luta articulada e intersectorial envolvendo várias entidades da sociedade civil no contexto de afirmação da democracia no Brasil. Esse movimento buscava superar o caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas em situação de rua com a introdução, no trabalho cotidiano, de um novo trato metodológico que priorizava a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos de cidadania destes. Merece destaque a ação das Pastorais do Povo de Rua, apoiando ações para que essa população ocupasse novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida.

Foram várias as ações públicas, sobretudo entre as décadas de 1990 e anos 2000, como a instalação do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, com o sentido de garantir visibilidade na agenda pública na mobilização por acesso a moradia, saúde e assistência social como direitos no atendimento as necessidades básicas dessa população. (BRASIL, 2011) Reconhecendo o significado histórico destas lutas, foi que no II Encontro Nacional sobre População de Rua, validou-se a proposta intersectorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPR, consolidada por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. A PNPR enfoca a intersectorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada. Quanto a intersectorialidade, destacam-se as políticas de Assistência Social, Saúde, Habitação e Trabalho e Renda, além da Segurança Alimentar e Nutricional e Educação, políticas que se responsabilizam e se comprometem com uma agenda mínima nacional de ações específicas para cada área, a ser operacionalizada de modo articulado.

A questão da população em situação de rua deve ser compreendida em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo, desde fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, até fatores relacionados à ruptura de vínculos familiares e infortúnios pessoais. Diante desse quadro, as ações públicas para a população em situação de rua devem ter um caráter de

conscientização da sociedade e de afirmação de direitos, no sentido de fortalecer as possibilidades para reconstrução de projetos e trajetórias de vida. Nessa direção, destaca-se que os serviços e programas devem ser revestidos de uma atitude positiva, desvinculada de práticas higienistas e culpabilizadoras, para que a atenção ofertada não se torne mais um instrumento de discriminação e agravamento dessa condição de vida. Desse modo destacamos a importância da concretização dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centro POP), no âmbito da política de Assistência Social, como também, da implantação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, no âmbito da política de Direitos Humanos. Assim, representou um importante avanço a conquista da Política de Assistência Social fazendo parte de um Sistema de Proteção Social, denominado Seguridade Social, prevista na Constituição Federal de 1988 como um direito dos cidadãos e cidadãs, onde o Estado faz a intervenção visando enfrentar as expressões da questão social. Esta política é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social, constituindo-se como uma das áreas de trabalho de assistentes sociais que tem reconhecimento histórico da sua profissão.

A seguridade social é definida “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. O será prestado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. A lei 8.742/1993, também conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi criada como forma de regulamentar o disposto nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. A LOAS, prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo, sua organização prevê intervenções que podem ser caracterizadas como serviços, programas, projetos e benefícios. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) - veio materializar o conteúdo do LOAS no campo da proteção social e inclusão social. São reorganizados por níveis de proteção, que são: Proteção Social Básica, através do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, que objetiva a prevenção, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e Proteção Social Especial, através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Este tem por finalidade proteger de situações de risco as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou que já tenha ocorrido rompimento dos laços familiares e comunitários. Aqui enquadra-se o serviço especializado para pessoas em situação de rua, por entender que este grupo populacional encontra-se em pobreza extrema, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e sem moradia convencional regular, fazendo de logradouros públicos sua moradia e retirando seu

sustento, mesmo que de forma temporária.

A lógica do SUAS é criar e coordenar uma rede unificada, padronizada de serviços contínuos, por tempo indeterminado e fornecer os pilares para a ação em direção a lógica do direito e não do favor.

São alguns dos princípios que constam na LOAS: a igualdade e equidade, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado; e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção às pessoas com deficiência. Alguns dos objetivos: assegurar serviços que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; proporcionar o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, implementar centros de referência especializados de proteção social especial do SUAS, implementar ações de segurança alimentar e nutricional; e disponibilizar programas de qualificação profissional, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Este trabalho foi apresentado na disciplina de Práticas Interdisciplinares III do Curso de Serviço Social da Unifametro, objetivando desenvolver o senso investigativo e crítico, associando pesquisa com base teórica, discussões e sistematização de reflexões, para a compreensão do significado da profissão em seu desenvolvimento sócio-histórico e no cotidiano, frente as demandas presentes na sociedade.

Para nossa fundamentação usamos a definição de população em situação de rua que consta na Política Nacional para a População em Situação de Rua: Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

O trabalho foi estruturado em duas partes, sendo que na primeira foi feita a análise dos parâmetros e processos do trabalho do Assistente Social no contexto da conjuntura política, econômica e social do Brasil contemporâneo, através de uma abordagem qualitativa de pesquisa bibliográfica e documental; em um segundo momento, o estudo buscou, através de entrevista semi-estruturada, aproximações investigativas do trabalho do assistente social no

Centro Pop.

O local visitado foi o Centro Pop Centro localizado na Rua Jaime Benévolo, 1059 – Fortaleza. A visita foi feita no dia 01 de novembro de 2018, as 8:30h, com uma assistente social, especialista em violência doméstica e que apresenta sua trajetória profissional passando por toda a assistência. Inicialmente fez-se a observação do local e de seus equipamentos, com o intuito de desenvolver a capacidade de empatia e ambientação com o grupo. Também houve a oportunidade de dialogar e conhecer o trabalho multidisciplinar da equipe que conta com educadores e facilitadores sociais, um psicóloga, dois advogados, 3 assistentes sociais, estagiários, entre outros. O imóvel possui uma estrutura simples, com salas de atendimentos, guarda-volumes, banheiros para realização da higiene pessoal, espaço para lavarem roupa e local para ministrarem palestras, com os facilitadores sociais. O local estava em reformas e limitava estas atividades. Em sua simplicidade o local era acolhedor, com desenhos, feitos pelos usuários, expostos nas paredes e um apetitoso cheiro de comida que vinha da cozinha. A entrevista foi realizada em uma sala de reuniões, no piso superior. Outro momento rico do estudo foi com a apresentação dos resultados com a participação da assistente social do Centro Pop que pode fazer considerações e análises do cotidiano, acrescentando elementos ao estudo. A síntese da análise está contido nesse artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, possui como objetivo atender famílias e indivíduos em diversas situações de vulnerabilidade social, prestando assistência física, ofertando local para banho, higiene pessoal, e assistência administrativa, auxiliando os moradores de rua na retirada de documentos e outros benefícios. Quanto as ações da equipe técnica no processo de trabalho no Centro Pop, é possível destacar: a acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações; realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas; resgate ou fortalecimento de vínculos familiares; articulações, planejamento e desenvolvimento de atividades com outros profissionais da rede, visando ao atendimento integral dos usuários atendidos e qualificação das intervenções; encaminhamento monitorado para a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito; participação nas atividades de capacitação e formação continuada; estímulo à participação dos usuários na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento; alimentação de sistema de informação, registro das ações e planejamento das atividades a serem desenvolvidas. (BRASIL, 2011.)

A relativa autonomia profissional e pensamento social crítico, proporcionam a instrumentalidade¹ para a intervenção do assistente social em diferentes contextos, já as matrizes teóricas dão sustentação as diferentes práticas, que constituem as mediações necessárias ao campo contraditório de sua atuação no âmbito das políticas sociais. Se as funções realizadas pelos profissionais, até a década de 1960, tinham uma preocupação com a integração dos indivíduos e redução dos desvios de conduta, em convergência com os objetivos institucionais; hoje, a atuação é crítica, ética e propositiva, buscando efetivar os direitos dos usuários, respeitando suas escolhas.

Em nossa pesquisa contatamos que são diversos os motivos que levam homens, mulheres e famílias a serem destituídas de suas casas e encontrarem-se em situação de rua, para alguns é uma situação transitória para outros parece definitiva, fazendo da rua seu lar e por escolha. Através da visita e entrevista, foi possível ter um maior entendimento da realidade destes usuários que encontram-se em vulnerabilidade social. Na entrevista foram expostas algumas das atividades desenvolvidas no local e a forma de atuação dos profissionais, assim como as competências e habilidades necessárias para a mediação com outras políticas públicas. Por fim, alguns dos desafios, limitações e projeções para o futuro.

O Centro POP busca proporcionar dignidade e recuperar a esperança para uma parcela da população que encontra-se em extrema pobreza, e apesar de não ser um programa de segurança alimentar é servido café da manhã a todos que ali estiverem, almoço e jantar apenas para as 20 pessoas que participarem das duas oficinas oferecidas por dia. As oficinas visam a redução de danos na tentativa afastar os usuários da rua. Também são feitas abordagens nas ruas para a conscientização e averiguação de denúncias. O trabalho de entender as política nacional de assistência social e sua atuação na tipificação do recorte para pessoas em situação de rua, é feito pelos assistentes sociais através de grupos de estudo, para que suas atividades não se limitem ao ativismo de preenchimento de cadastros meramente técnico. O desafio é um trabalho com criatividade, resiliência e dinamismo, onde em cada dia surge um desafios diferentes.

Em suas atividades o assistente social participa das rodas de conversas, junto com os facilitadores, levando informações sobre as principais demandas: direitos sociais, aluguel social, bolsa família, aquisição de documentos, saúde. Nos atendimento individual, são feitos encaminhamentos para a questões de justiça, saúde, educação, inserção ao trabalho, acesso ao

¹ A instrumentalidade é uma capacidade que a profissão adquiriu em seu contexto socio-historico, para objetivar suas intencionalidades. É neste processo de trabalho que o profissional modifica ou transforma as condições objetivas e subjetivas, e as relações interpessoais e sociais em seu cotidiano. É o projeto ético-político, construído de forma hegemônica pela categoria, que rege este processo de trabalho. (GUERRA, 1995)

lazer. Faz-se uso da escuta qualificada, e há uma preocupação em trabalhar o sujeito na sua totalidade. Também há um trabalho técnico de preenchimento de cadastro inicial e prontuário social com a trajetória da vida social deste usuário que fica acessível a toda a equipe. Alguns relatos que requerem sigilo, ficam arquivados apenas na sala do assistente social.

Através de uma articulação com a Habitafor, foram oferecidos mais de 100 alugueis sociais deste de maio/18. Quando há crianças é feita uma articulação com o concelho tutelar, com orientações aos pais para que as crianças estejam na escola. Quem recebe o aluguel social passa por um acompanhamento de 3 a 6 meses, pois entende-se que não é fácil quebrar os vínculos que possuem nas ruas, muitos já estão a muito tempo e tem seus biscates, seus relacionamentos e a liberdade, há um processo de adaptação de toda sua vida em uma casa que muitas vezes não tem nem moveis. Para os que permanecem e se adaptam, passam a ter o acompanhamento da atenção básica através do CRAS.

Quanto aos desafios, limitações e projeções, foi exposto pela interlocutora que nos últimos anos e, fazendo uma projeção de médio a longo prazo, mais famílias estarão indo para as ruas pela questão do desemprego estrutural e violência vivida no Ceará, por grupos armados e facções. Pessoas que tinham suas casas, sem vivencia de rua, estão sendo obrigados a deixa-las. As vezes vivem em uma instabilidade que um pequeno motivo as leva para a rua. No atual governo, com um desmonte de recursos e cortes orçamentários para as políticas públicas, não há boas projeções. Por isto se faz necessário a inserção em grupos de estudo junto a categoria, e espaços de lutas para unir força com outras trabalhadoras do SUAS e SUS. O trabalho deve ser sempre fundamentado no projeto ético-político da profissão e nos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro POP é um espaço de socialização diferenciado, onde são acolhidas as mais variadas histórias de vida, permitindo os usuários a traçarem caminhos para a superação, já que entende-se que esta situação mostra-se incompatível com o estágio de desenvolvimento alcançado pela humanidade contemporânea. O assistente social em seu processo de trabalho, faz os encaminhamentos necessários e oferece informações ao usuário promovendo reflexões sobre seu cotidiano, para que este possa perceber possibilidades de alcançar sua autonomia. Este processo de trabalho se dá na singularidade em que o sujeito se apresenta e na universalidade que ele está inserido, fazendo assim a busca da particularidade, onde encontra-se sua verdadeira demanda.

Também atua com o fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares para a

construção de novos projetos de vida. É um trabalho multidisciplinar que integra projetos, programas e serviços, que contribuem para o exercício da cidadania deste usuário e que possibilitam a superação da situação de vivência de rua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro Pop – SUAS e População em Situação de Rua.** Volume 3. Brasília, 2011

_____. **Lei nº 8.742.** Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.